

Resumo O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os possíveis desafios para a prática missionária no contexto do pluralismo religioso. A partir dessa reflexão, identificar aproximações entre uma cristologia no pluralismo religioso, sem desvalorizar ou apagar a singularidade da perspectiva interna da fé cristã, segundo a qual Jesus Cristo permanece normativo para “o encontro com a realidade última”. Em termos epistemológicos, a teologia sofre deslocamentos em sua própria estrutura, é desconstruída e reconstruída no diálogo com seu tempo e lugar cultural. Se, por um lado, as teologias foram questionadas pelo pensamento contemporâneo, por outro lado (no momento atual) se confronta com uma questão mais radical: o caráter central de Cristo, expressão primeira da fé salvadora, questionada pela pluralidade cultural e religiosa. Como anunciar o Deus de Jesus no mundo pluralista? O autor defende que o cristianismo atual é convidado a repensar seus paradigmas missionários a partir do pluralismo religioso contemporâneo. A metodologia que será utilizada será basicamente de pesquisa bibliográfica em vista da elaboração de estudo analítico-sintético.

Abstract: This article reflects on the possible challenges for missionary practice in the context of religious pluralism. Based on this reflection, identifying similarities between Christology in a religious pluralism, without devaluing or deleting the uniqueness of the internal perspective of the Christian faith, according to which Jesus Christ remains normative for “the encounter with the ultimate reality.” In epistemological terms, theology undergoes shifts in the structure itself, it is deconstructed and rebuilt in dialogue with our time and cultural place. On one hand, the theologies were questioned by contemporary thought, on the other hand (at present) they confront a more extreme question: the central character of Christ, first expression of saving faith, challenged by cultural and religious plurality. How to advertise the God of Jesus in the pluralistic world? The author argues that the current Christianity is invited to rethink its missionary paradigms from the contemporary religious pluralism. The methodology to be used will basically be bibliographic research in view of development of analytic-synthetic study.

Reino de Deus e missão na sociedade plural

Adriano Sousa Lima*

* Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, sob a orientação de Clodovis Boff.



Introdução

O atual cenário mundial em que vivemos é sem dúvida um cenário em que o pluralismo cultural e religioso está estabelecido. A emergência cada vez mais clara desse pluralismo impeliu a revista *Concilium* a dedicar toda a edição 319-2007/1 para abordar de forma profunda o tema. O teólogo francês Claude Geffré, que tem uma vasta bibliografia sobre o tema do pluralismo, afirmou que desde o início ele havia observado que o horizonte da teologia do futuro e do terceiro milênio seria cada vez mais a experiência de um pluralismo religioso aparentemente insuperável (GEFFRÉ, 2013, p. 6).

Tanto o número 319 da revista *Concilium* como a tradução recente da obra “*De Babel a Pentecostes – ensaios de uma teologia inter-religiosa*” do mesmo Claude Geffré, demonstram a relevância do tema para a teologia cristã. O teólogo Manuel Hurtado na sua recente obra “*A encarnação – o debate cristológico na teologia cristã das religiões*”, afirma que o cristianismo contemporâneo é convidado a manifestar sua identidade, não para fechar-se sobre si mesmo, mas para procurar compreender-se melhor no contexto do pluralismo religioso atual (HURTADO, 2012, p. 19).

O cristianismo será lido a partir de uma “hermenêutica libertadora” e da realidade plural que se constitui como “lugar teológico”. O trabalho será dividido em quatro partes: o pluralismo como fator cultural, o pluralismo religioso como paradigma da teologia, o reinocentrismo de Jesus como chave de leitura para uma cristologia no pluralismo religioso, e a missão no contexto do pluralismo religioso. A partir da centralidade do Reino de Deus na vida de Jesus, é possível uma prática missionária em parceria com outras tradições religiosas: afinal, a missão cristã é anunciar e promover o Reino sem excluir nenhuma pessoa, independente de sua tradição religiosa.

O pluralismo como fator Cultural

O antropólogo americano Clifford Geertz sintetiza a vasta pesquisa de Clyde Kluckhohn sobre o conceito de cultura, realizada mediante 126 diferentes definições, do seguinte modo: cultura é o modo de vida global de um povo; o legado social que o indivíduo adquire de seu grupo; uma forma de pensar, sentir e acreditar; uma abstração do comportamento; uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comportam realmente; um celeiro de aprendizagem



em comum; um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; um comportamento aprendido; um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento; um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros seres humanos; e uma sedimentação da história (GEERTZ, 1989, p. 4).

A cultura é uma totalidade complexa que abrange conhecimento, crença, arte, costume e quaisquer capacidades adquiridas pelos seres humanos como membros de uma sociedade (TYLOR, 1871, p. 1). Miranda, citando Gallagher, recorre a algumas imagens e descreve cultura como um oceano que nos envolve como peixe na água; o ar que respiramos, que pode ser puro ou poluído; uma lente através da qual vemos, sem cairmos na conta de que não é o único modo de ver; um útero, no qual nos sentimos perfeitamente bem, sem saber que existem outros mundos; um menu existencial, já pronto ou à escolha, cada modalidade com seus limites; um parque recreativo de possibilidades, convidando-nos a uma liberdade criativa; um horizonte sempre atual, além do qual não podemos ver (MIRANDA, 2001, p. 43).

A antropologia apresenta-nos concepções diversas de culturas. Para alguns antropólogos, as culturas são sistemas em permanente adaptação. Geertz prefere ver as culturas como sistemas simbólicos. Para ele, qualquer ação humana e a própria vida da sociedade devem receber orientações extrínsecas, construídas socialmente por meio de símbolos (GEERTZ, 1989, p. 56). Lévi-Strauss entende as culturas como sistemas estruturais, na medida em que procura descobrir nelas os princípios mentais responsáveis pela organização do material oferecido pelo mundo físico, princípios esses que seriam comuns às diversas culturas (STRAUSS-LÉVI, 1976, p. 20). Nesse sentido, a antropologia reflete um esforço para entender a diversidade dos povos, sendo a diversidade uma forma de conhecimento. Portanto, entendemos que as variedades de definições não se opõem, mas se completam, possibilitando o pensamento plural.

Concordamos com Geertz que somos protagonistas da mudança, a utopia de coexistência harmônica entre grupos étnica e culturalmente diferenciados, e a existência de uma sociedade plural, de princípio e de fato, implica em ultrapassar a extensão dos sentidos e transformar o discurso sobre sociedade utópica em políticas e ações práticas (GEERTZ, 1989, p. 10). O mundo está a exigir “sensibilidades outras” (GEERTZ, 1989, p. 12). O modelo ideal de sociedade nacional, com suas qualidades e seus defeitos, enfraqueceu-se: por isso, fala-se tanto do pluralismo cultural.



O mundo é plural. Essa pluralidade se manifesta na diversidade e na originalidade das identidades que caracterizam os grupos que compõem as sociedades do planeta. Para trabalhar o pluralismo cultural é preciso considerar as culturas como teia de significados que enlaçam os humanos em sua trama e os distinguem a partir do conjunto de comportamentos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam as diversas pessoas, o que abrange, para além das letras e das artes, os modos de vida, as maneiras de viver e conviver, os sistemas políticos, econômicos, religiosos e sociais, as tradições, os valores e as crenças (GEERTZ, 1989, p. 68).

O pluralismo cultural não se caracteriza pela coexistência de valores e práticas culturais diferentes; menos ainda pela mestiçagem generalizada. O pluralismo cultural visa uma sociedade onde o maior número de pessoas individualmente constroem para si, e chegam a combinar de maneira sempre diferente o que as une e o que as diferencia. O pluralismo cultural busca construir uma sociedade vigorosa, que seja capaz de reconhecer a diversidade das culturas, ao mesmo tempo em que souber fazer com que se comunique entre si, suscitando em cada um o desejo de reconhecer no outro o mesmo trabalho de construção que faz em si próprio (TOURAINÉ, 1998, p. 217).

A articulação entre igualdade e diferença é uma exigência posta pelo pluralismo cultural a todos os seres humanos. Essa exigência, por sua vez, está revestida de relevância social, pois a construção da democracia deve valorizar as diferenças de cada grupo. O espírito democrático tomou a forma de leis protetoras do pluralismo cultural (TOURAINÉ, 1998, p. 192). Como teólogos, não podemos ficar à margem da demanda. Essa demanda por sua vez deverá ser crítica e criativa por um lado e, por outro lado, construtiva e desconstrutiva. Por razões de herança cultural com raízes arcaicas, temos a tendência de hierarquizar as diferenças, valorizando uns mais e outros menos. Geffré lembra que o mito de Babel, a diversidade das línguas e, portanto das culturas, está essencialmente sob o signo da ambiguidade em relação ao desígnio único de Deus (GEFFRÉ, 2004, p. 135). O teólogo norte americano David Tracy chama atenção para o fato de que “numa cultura historicamente consciente, o fato do pluralismo cultural é reconhecido e afirmado” (TRACY, 2008, p. 150-151). Portanto, a mensagem de libertação que a teologia cristã propõe deve passar pelo reconhecimento das riquezas culturais que estão além do nosso olhar. É preciso reconhecer para libertar.



O pluralismo religioso como paradigma da Teologia

Paradigma, como nos tornou familiar Thomas Kuhn, é um conceito proveniente do mundo das ciências. Um modelo global, a pré-compreensão segundo a qual se auto organiza o conjunto. Conforme vimos anteriormente, o paradigma do pluralismo está operando na cultura em geral, portanto nas religiões, entre elas, o cristianismo, e também na teologia. Nesse momento, a nossa reflexão quer fundamentar o pluralismo religioso como paradigma da teologia a partir da concepção do teólogo católico Claude Geffré. Este afirmou que “não há teologia fora de uma inscrição na história e na cultura” (GEFFRÉ, 2013, p. 26). Já o teólogo protestante Paul Tillich, na última conferência antes de sua morte, em 12 de outubro de 1965, expressou o desejo de reescrever sua Sistemática sob o paradigma do pluralismo religioso.

Em termos epistemológicos, a teologia sofre deslocamentos em sua própria estrutura, é desconstruída e reconstruída no diálogo com seu tempo e lugar cultural. Se por um lado, as teologias foram questionadas pelo pensamento contemporâneo, por outro lado (no momento atual) se confronta com uma questão mais radical: reinterpretar algumas verdades fundamentais do cristianismo como, por exemplo, o caráter central de Cristo, expressão primeira da fé salvadora, questionada pela pluralidade cultural e religiosa.

A teologia deve tomar cada vez mais a sério o horizonte do pluralismo religioso, o retorno religioso e a vitalidade das grandes religiões não cristãs. A emergência cada vez mais clara do pluralismo, a ponto de se desenhar novo paradigma, impele uma reflexão, ensaiando nova linguagem. A teologia elaborada do ponto de vista do paradigma pluralista é concretamente uma teologia pluralista libertadora, a partir da perspectiva e da opção pelos pobres (SUSIN, 2007, p. 7). Para Claude Geffré, as questões que a coexistência com as grandes tradições religiosas colocam ao cristianismo são um desafio quase mais temível que a questão do ateísmo e da indiferença religiosa (GEFFRÉ, 2007, p. 132).

O principal teólogo católico do século XX, Karl Rahner, em conferência dada na Baviera em abril de 1961, falava da necessidade de um “catolicismo aberto”. Na ocasião, já dizia que este pluralismo não podia ser entendido apenas como “dado de fato”, mas que deveria ser levado a sério e situado na “unidade vasta e complexa da concepção cristã da existência”. Estava aberto o caminho para a compreensão da legitimidade



das outras tradições religiosas no desígnio salvífico de Deus. No campo da teologia protestante, também Wolfhart Pannenberg e Paul Tillich haviam percebido essa nova perspectiva (TEIXEIRA, 2007, p. 24).

É evidente que toda mudança é demasiado difícil e espinhosa. Ao longo dos séculos, a teologia cristã esteve acostumada e acomodada com o paradigma exclusivista. Ainda em tempos contemporâneos, o magistério da Igreja Católica tem emitido documentos dentro desse paradigma (*Dominus Iesus*). Portanto, evidentemente, a reflexão teológica realizada dentro do novo paradigma deverá enfrentar muitos obstáculos. Como corajosamente enfatizou Geffré, “o magistério romano tem horror ao pluralismo e o compreende, sobretudo, como uma ideologia que conduz ao relativismo” (GEFFRÉ, 2005, p. 20).

O diálogo ecumênico, já iniciado há aproximadamente sessenta anos, quebrou certo absolutismo católico e favoreceu o diálogo com as outras grandes religiões (islã, judaísmo e as religiões do oriente). É sabido que tal processo foi difícil e lento. Dessa forma, temos que concordar com Geffré que precisamos de tempo para mudar nossos velhos hábitos de pensamento e compreender que um diálogo franco e aberto não conduz necessariamente ao relativismo (GEFFRÉ, 2004, p. 134).

Ao refletir sobre a vitalidade das religiões não cristãs, Geffré lembra que é preciso perguntar se isto se deve simplesmente à cegueira e ao pecado dos seres humanos, a certo fracasso da missão cristã, ou se este pluralismo religioso corresponde a uma vontade misteriosa de Deus (GEFFRÉ, 2004, p. 136). O pluralismo religioso é um sinal dos tempos, uma criação divina (SUSIN, 2007, p. 9). O pluralismo religioso é como um destino histórico permitido por Deus cujo significado último nos escapa (GEFFRÉ, 2004, p. 136). Dito assim, é preciso afirmar o pluralismo religioso como novo paradigma da teologia do século XXI, paradigma esse ao qual a reflexão cristã não pode escapar.

O teólogo brasileiro Faustino Teixeira afirma ser o pluralismo religioso um fenômeno incontestável da nossa época e um dos desafios fundamentais da teologia cristã. Talvez o grande desafio do nosso tempo. Nas palavras de Teixeira, “é uma tarefa difícil, exigente e provocadora” (TEIXEIRA, 2007, p. 27). Por um lado, a responsabilidade da teologia cristã na era do pluralismo religioso e cultural é a de promover um cristianismo que seja lugar de fecundação mútua e criadora entre os recursos de certa tradição cristã e as riquezas antropológicas; por outro lado, essa mesma teologia, à luz do paradigma pluralista, deverá revisitar os gran-



des capítulos de toda a dogmática cristã. A seguir, vamos refletir sobre o capítulo que é considerado o mais difícil de ser refletido dentro desse paradigma: a possibilidade de uma cristologia pluralista.

O Reino de Deus como chave para uma cristologia no pluralismo religioso

De acordo com o que vimos no tópico anterior, o pluralismo religioso emerge como novo paradigma da teologia, provocando uma mudança substantiva na forma corrente da reflexão teológica e questionando parâmetros até então inquestionáveis, entre os quais a questão da universalidade de Jesus Cristo. Na questão cristológica, para citar Vigil, reside o *punctum dolens* da construção de uma cristologia pluralista (VIGIL, 2007, p. 37). É preciso ainda enfatizar que a cristologia constitui o tema central e ponto crucial da teologia cristã. De acordo com Hans Kessler, ela é a chave para todos os outros temas da teologia (KESSLER, 2000, p. 219). Nossa intuição é apresentar o Reino de Deus como fundamento para uma cristologia do pluralismo religioso.

O exegeta americano John P. Meier, logo no início do segundo volume da obra “Um judeu marginal”, chama a atenção para que ninguém fique surpreendido pelo fato de ele começar o estudo sobre a vida de Jesus com o tópico da proclamação do Reino de Deus. Meier cita o teólogo alemão Joachim Jeremias, que afirmou ser o Reino de Deus o tema central da proclamação pública de Jesus (MEIER, 1997, p. 10).

Para Meier, o Reino de Deus era um componente essencial da mensagem de Jesus. Conforme esse exegeta, isso fica evidente pelo número e pela amplitude de ocorrências da expressão em suas falas, satisfazendo com sobras o critério da múltipla confirmação das fontes (MEIER, 1997, p. 10). Nas palavras do próprio Meier, “para dizer o mínimo, o Reino de Deus era um componente importante da mensagem de Jesus” (Meier, 1997, p. 12).

O teólogo americano Paul Knitter (2010, p. 118) cita a definição de Reino de Deus de Edward Schillebeeckx:

O reino de Deus é a presença salvífica de Deus, ativa e encorajadora, tal como é afirmada e acolhida entre os homens e mulheres. É uma presença salvífica oferecida por Deus e aceita livremente por homens e mulheres, que assume sua forma concreta sobretudo nas relações de justiça e paz, entre indivíduos e povos, no desaparecimento da doença,



da injustiça e da opressão, na restauração da vida de tudo que está morto e morrendo. O reino de Deus é uma nova relação mudada (metanoia) de homens e mulheres com Deus, cujo lado tangível e visível é um novo tipo de relação libertadora entre homens e mulheres numa sociedade de reconciliação num ambiente natural de paz.

Essa definição de Reino de Deus do eminente teólogo holandês Schillebeeckx é bastante sugestiva para esta reflexão: o Reino de Deus como nova relação de homens e mulheres que desejam viver com liberdade e dignidade. É essa exatamente a proposta de Jesus, libertar as pessoas de tudo quanto as desumaniza e as faz sofrer. Tal proposta não está circunscrita aos muros religiosos, mas diz respeito a toda humanidade, fazendo do caminho de Jesus uma encruzilhada de muitos caminhos e não um centrismo fechado. O teólogo alemão Wolfharth Pannenberg está de acordo com Schillebeeckx no sentido de que o Reino de Deus há de trazer a concretização definitiva do direito e da paz na comunhão da humanidade (PANNENBERG, 2009, p. 85). Os seres humanos vivendo com liberdade e dignidade, em paz e comunhão, eis o estado absoluto de felicidade indicado pelo Reino de Deus (SCHILLEBEECKX, 2008, p. 135).

A proclamação do Reino de Deus tal como anunciada por Jesus de Nazaré, está absolutamente de acordo com a proposta de uma cristologia do pluralismo religioso. Seguindo a consideração de Hurtado (2012, p. 186), em que “a teologia cristã das religiões deverá levar em consideração a existência do homem Jesus”, é importante lembrar que Jesus nos apresenta uma nova imagem de Deus a partir da proclamação do Reino de Deus.

Conforme a interpretação moldada pela doutrina da retribuição, Deus vai preparar a ceia eterna da salvação, de Isaías 25,6-8, somente para os justos. Os injustos e principalmente os pagãos são excluídos da salvação. Concordamos com Hans Kessler que o Deus de Jesus ignora a noção de vingança contra os pagãos. O teólogo alemão, fundamentado em passagens bíblicas tais como Lc 13,1-5, afirma que Jesus rejeita a divisão das pessoas em justas e pecadoras, por que todas, sem exceção, são pecadoras e perdidas. Na sequência, Kessler (2000, p. 245) se questiona: como ainda será possível a salvação? E nos brinda com a seguinte afirmação:

João Batista pregava a conversão como possibilidade de escapar da sujeição ao juízo. Jesus, pelo contrário, ousa anunciar a nova realidade da salvação instituída por Deus, sem pressupostos e limites, a



qual coerentemente também está aberta aos pagãos (Mt 8.11). Deus faz nascer o sol sobre justos e injustos, e o senhorio de sua bondade, que agora se aproxima (Mc 10,18), destina-se irrestritamente a todas as pessoas... O perdão precede a conversão, e é ele quem a torna possível. A salvação é pura graça, e, só por que não tem pressupostos, ela pode ser universal.

De fato, é uma mensagem radical de salvação que está profundamente ligada à experiência profunda que Jesus tinha de Deus. O Reino de Deus é evidência de salvação para todas as pessoas que se abrem à promessa de Jesus. Uma vez acolhida a oferta gratuita do Reino de Deus, estamos libertos para aceitar o outro, o estrangeiro, o de outra tradição religiosa, para além de toda aceitação e inimizade (KESSLER, 2000, p. 246).

Dessa forma, verificamos a importância de uma verdadeira concepção de Deus, que deverá sempre passar pelo Deus de Jesus, que é o Deus do Reino. Portanto, com Roger Haight, podemos afirmar que as pessoas que não conseguem reconhecer a verdade salvífica de outras religiões podem implicitamente estar operando com uma concepção de Deus distante da criação. O Reino de Deus, mais que uma pertença a uma tradição religiosa, está ligado ao futuro da criação. Conforme Haight, Jesus medeia um encontro com um Deus que está imanentemente presente em todas as religiões, e o autor completa: Jesus atesta a imanência de Deus. Em Jesus, estamos fundamentados a falar de uma cristologia pluralista, justamente pelo fato de que a mediação basilar da presença e da salvação de Deus à humanidade é Jesus de Nazaré (HAIGHT, 2003, p. 476).

A teologia da missão no contexto do pluralismo religioso

A apresentação da concepção de Reino de Deus e a perspectiva cristológica realizada no tópico anterior constitui base fundamental para refletir sobre a missão nesse contexto de pluralismo religioso. Afinal, o que é fazer missão na perspectiva do reinado de Deus neste mundo multifacetado cultural e religiosamente? E, especificamente no Brasil, como a religião cristã haverá de cumprir com a ordem missionária em um país onde a multiplicação das religiões acontece de forma assustadora? Todavia, afirmamos com Libânio que o Brasil acorda para o diálogo inter-religioso no momento em que as estatísticas apontam para o despertar das religiões afro-brasileiras, que andavam soterradas pela dominação branca (LIBÂNIO, 2006, p. 47).



Logo de início, é importante destacar que o pensamento missionário, tanto católico como protestante, aprofundou o conceito ‘salvação’. Bosch lembra que a exclamação de Lutero – “Onde posso encontrar um Deus misericordioso?” – no atual contexto foi transformada em “Como poderemos ser próximos misericordiosos uns para os outros?”. Para Bosch, a relação salvífica do ser humano com Deus se concretiza em sua conversão para o irmão ou a irmã. E continua o autor: “a salvação não vem mediante a transformação de indivíduos, mas pela erradicação de estruturas pervertidas e injustas” (1991, p. 474).

A interpretação de salvação que emergiu no pensamento e prática missionários recentes introduziu nessa definição elementos sem os quais ela seria bastante estreita. No mundo em que vivemos, as pessoas precisam umas das outras, e cada indivíduo existe em uma rede de relacionamentos inter-humanos. Por isso, é de todo inviável limitar a salvação ao indivíduo e a seu relacionamento pessoal com Deus (BOSCH, 1991, p. 475). Dessa forma, ódio, injustiça, opressão, guerra e outras formas de violência, constituem manifestações do mal. E a prática missionária que tem como horizonte o Reino de Deus, precisa combater todas e quaisquer formas de violência. A vitória sobre tudo que desumaniza o ser humano faz parte da salvação que esperamos. No entanto, não estamos afirmando que a salvação final é produto das mãos humanas. Não estamos de nenhuma forma excluindo o caráter transcendente da salvação, nem a necessidade de chamar as pessoas à fé em Deus através de Cristo. Mas queremos, sim, afirmar a necessidade de assumirmos o caráter integral da salvação, uma salvação mais abrangente do que tem sido tradicionalmente.

A prática missionária no atual contexto deverá levar em consideração a categoria “Reino de Deus”, categoria que estava no centro da missão de Jesus. Concordamos com Karl Rahner quando afirma que “Jesus pregou o Reino de Deus e não a si mesmo” (RAHNER, 1997, p. 298). E, com o missiólogo David Bosch, podemos afirmar que “a missão na perspectiva do reinado de Deus inclui fazer com que pessoas pobres, negligenciadas e desprezadas, fiquem de pé novamente, tendo recuperado sua humanidade plena perante Deus e os outros”. Na missão de Jesus, o reinado de Deus é interpretado como expressão da autoridade solícita de Deus sobre a totalidade da vida (BOSCH, 1991, p. 56). O Reino de Deus está no centro de todo o ministério de Jesus. Está no centro da compreensão de sua missão. Com Bosch, podemos dizer que, para Jesus, o reinado de Deus é o ponto de partida e contexto para a missão (BOSCH, 1991, p. 52).



O importante nessa perspectiva do reinado de Deus como horizonte do ministério missionário de Jesus é que a própria concepção de missão é modificada. Se em outros contextos, o Reino de Deus era comparado à Igreja ou mesmo a uma religião específica, portanto você fazia parte do Reino de Deus na medida em que pertencia a uma determinada Igreja ou religião, no atual contexto, onde o pluralismo religioso está estabelecido, todas as religiões estão a serviço do Reino de Deus. Na medida em que cada religião trabalha em favor da liberdade humana, da promoção da vida em todos os aspectos e do bem comum, cada religião está dando continuidade à missão de Jesus, que era anunciar eminentemente o Reino do seu pai.

Nessa nova perspectiva, construir o Reino de Deus significa trabalhar para a libertação do mal sob todas as suas formas. Para Bosch (1991, p. 53), a natureza missionária do ministério de Jesus se revela numa característica fundamental, a saber: ele desencadeia um ataque geral ao mal em todas as suas manifestações. O reinado de Deus chega onde o poder do mal é superado. E esse é um trabalho missionário. Libertar as pessoas de todo poder do mal, concedendo-lhes a salvação plena, foi a razão da vida e morte de Jesus. Na época de Jesus, bem como no presente, o mal assumia muitas formas: dor, doença, morte, possessão demoníaca, pecado e imoralidade pessoais, a insensível convicção da própria justiça por parte das pessoas que pretendem conhecer a Deus, a manutenção de privilégios especiais de classe, a fragmentação de relacionamentos humanos, (BOSCH, 1991, p. 54). E a missão de Jesus era demonstrar o amor de Deus que liberta o ser humano e dá a vida com abundância. É interessante ainda destacar que, para Bosch, não podemos surpreender-nos pelo fato de os evangelistas estarem utilizando termos ‘religiosos’ para descrever o que Jesus fez face a doença, possessão demoníaca e exploração. Um desses termos é ‘salvar’. Por isso, Bosch deixa claro que no ministério missionário de Jesus não há tensão entre salvar do pecado e salvar de enfermidades físicas, entre o espiritual e o social. Da mesma forma, o termo ‘perdão’ inclui desde a libertação de escravos até o cancelamento de dívidas monetárias, libertação escatológica e perdão de pecados (BOSCH, 1991, p. 54).

Com o Reino de Deus como principal objetivo do esforço missionário, e com a felicidade de todas as criaturas como meta primordial da missão, missionários cristãos devem descobrir que o seu modo de ver as outras religiões tem que ser reorientado. Esta reorientação deve ser mais do que uma mudança visionária que ocorreu, sobretudo na teologia



católico-romana, desde o Concílio Vaticano II – deixando de perceber outras religiões como “obras do diabo” que tinham que ser abolidas, para abordá-las como prováveis caminhos de salvação que podem e devem ser afirmados como caminhos legítimos da graça salvadora.

Dessa forma, é possível afirmar com Jacques Dupuis que nada fornece ao pluralismo religioso uma base teológica tão profunda e uma motivação tão verdadeira quanto a convicção de que, apesar das diferenças que os distinguem, os membros das diversas tradições religiosas caminham juntos rumo à plenitude do Reino, rumo à nova humanidade querida por Deus para o fim dos tempos (DUPUIS, 1999, p. 474). Portanto, a dimensão missionária da Igreja evoca um envolvimento direto com a sociedade, todos juntos trabalhando em prol da justiça e da paz. Exatamente isso é “fazer missões” em tempos de pluralismo cultural e religioso.

Conclusão

O teólogo Manuel Hurtado em sua obra “*Encarnação*, debate cristológico na teologia das religiões”, lembra que, ao contrário do que é afirmado por alguns teólogos, manter o caráter normativo da cristologia é essencial no pluralismo religioso (HURTADO, 2012, p. 165). Essa afirmação do jesuíta boliviano está em plena concordância com a proposta do jesuíta americano Roger Haight, que propõe a tese segundo a qual a normatividade de Jesus não exclui uma avaliação positiva do pluralismo religioso. Por isso, estamos habilitados a afirmar que o argumento fundamental em favor da verdade e da autenticidade do poder salvífico das outras religiões provém do testemunho de Jesus Cristo centralizado na sua pregação e experiência do Reino de Deus (HAIGHT, 2003, p. 473).

A exegese está certa de que as falas mais importantes de Jesus sobre a presença do Reino contêm referências às suas ações e práticas. Portanto, para Jesus, anunciar que Deus reina, significa dizer que Ele executa sua função divina como Criador soberano. O Deus de Jesus é, portanto o Deus do reino que dá salvação e felicidade aos seres humanos que ele criou para a vida. Aqui temos o fundamento da mensagem do Reino de Deus, tal como anunciada por Jesus: um Deus que dá vida e quer a felicidade plena de todos os seres humanos. Se estiver correta a nossa interpretação, podemos afirmar que o humano autêntico, evocado por Geffré (2013, p. 109) como fundamento para o pluralismo religioso, é exatamente a proposta da mensagem do Reino de Deus. O Reino de Deus é, portanto a chave hermenêutica para uma cristologia em chave



pluralista que busca dialogar com todas as outras tradições religiosas, com a intenção única de se colocar a serviço da humanização total e completa da humanidade. O diálogo, por sua vez, não é um substituto nem um subterfúgio para a missão. Não podemos vê-los nem como idênticos nem como opostos. Não é verdade que, para haver diálogo, é preciso excluir a missão ou vice versa. Existe uma correspondência entre ambos, que é impressionante. Nem diálogo nem missão estão trafegando em rua de mão única. Nenhum dos dois é inflexivelmente dogmático, intolerante ou manipulador. Em ambos, o compromisso com a fé pressupõe o respeito pelos outros. Portanto, “afirmamos que o testemunho não impede o diálogo, mas o propõe, e que o diálogo não impede o testemunho, mas o estende e aprofunda” (BOSCH, 1991, p. 581).

Referências bibliográficas

BOSCH, David. *Missão transformadora*. Mudança de paradigmas na teologia da missão. São Leopoldo RS: Sinodal, 2002.

DUPUIS, Jacques. *Rumo a uma teologia do pluralismo religioso*. São Paulo: Paulinas, 1999.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEFFRÉ, Claude. *Crer e interpretar: a virada hermenêutica da Teologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *De Babel a Pentecostes: ensaios de teologia inter-religiosa*. São Paulo: Paulus, 2013.

A crise da identidade cristã. *Concilium – Revista internacional de Teologia* – 311. 2005/3.

HAIGHT, Roger. *Jesus, símbolo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003.

HURTADO, Manuel. *A encarnação: debate cristológico na teologia cristã das religiões*. São Paulo: Paulinas, 2012.

KNITTER, Paul. *Jesus e os Outros Nomes*. Missão cristã e responsabilidade global. São Bernardo do Campo-SP: Nhanduti, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro 1976.



- MEIER John P. *Um Judeu marginal*. Repensando o Jesus histórico. V.2 livro 2. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- MIRANDA, Mário França de. *Inculturação da fé: uma abordagem teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- PAGOLA, José Antonio. *Jesus: aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PANNENBERG, Wolfhart. *Teologia Sistemática*. V. 3. Santo André-SP: Academia cristã e Paulus, 2009.
- RAHNER, Karl. *Curso fundamental da fé*. São Paulo: Paulus, 1997.
- SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus, a história de um vivente*. São Paulo: Paulus, 2008.
- SCHNEIDER, Theodor (org). *Manual de dogmática* V.1. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SUSIN, Luis Carlos. Emergência e urgência do novo paradigma pluralista. *Concilium Revista internacional de Teologia* 319 pp.7-13. 2007/1
- TEIXEIRA, Faustino. O pluralismo religioso como novo paradigma para as religiões. *Concilium – Revista internacional de Teologia* – 319. Pp. 24-32. 2007/1
- TOURAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRACY, David. *A imaginação analógica*. A teologia cristã e a cultura do pluralismo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- TYLOR, E. *Primitive culture*. London: 1871
- VIGIL, José Maria. *O paradigma pluralista: tarefas para a teologia*. Para uma releitura pluralista do cristianismo. *Concilium – Revista internacional de Teologia* – 319. Pp. 33-42. 2007/1.

E-mail do Autor:

adriano.lima.66@hotmail.com